

# ANÁLISE DAS TERRITORIALIDADES NO CAMPO ATINGIDOS POR LÓGICAS PRODUTIVAS DIFERENTES: A AGRICULTURA FAMILIAR PARCIALMENTE MODERNA, O COMPLEXO AGROINDUSTRIAL E A PRODUÇÃO DE COMMODITIES AGRÍCOLAS NUM PAÍS SOCIALISTA.

Cesar Pessoa Côrtes  
[peessoacesar@yahoo.com.br](mailto:peessoacesar@yahoo.com.br)

**Palavras-chave:** Territorialidade; Agricultura familiar, Relações de Trabalho, Modernização

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo principal analisar as territorialidades existentes no campo em três diferentes áreas: Sumidouro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil; Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, também no Brasil; e Cuba, país socialista caribenho que tem na agricultura uma de suas atividades mais importante. Em as atividades agrícolas assumem fundamental importância na economia, porém, a modernização incompleta, relações não capitalistas no campo o baixo valor dos produtos comercializados configuram problemas a serem enfrentados pelo município. Já Ribeirão Preto se caracteriza pela modernização das relações produtivas no campo, assim como forte atuação de Complexos Agroindustriais. Por fim, o campo cubano, pós revolução, é marcado por intenso processo de reforma agrária e sentido de cooperativismo. Desta maneira, temos três realidades bem distintas. Como podemos avaliar a capacidade de territorialização dos trabalhadores rurais de cada uma destas áreas? Como são as condições de vida e trabalho destas pessoas? Estas são os principais questionamentos que começarão a ser respondidos neste trabalho.

## 1- INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo principal analisar as territorialidades existentes no campo em três diferentes áreas: Sumidouro, no estado do Rio de Janeiro, Brasil; Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, também no Brasil; e Cuba, país socialista caribenho que tem na agricultura uma de suas atividades mais importante. Ocorre que, analisar territorialidades compõe uma missão bastante subjetiva, fato que nos obriga a criar uma metodologia e aplicá-la nos recortes espaciais determinados.

Num primeiro momento, farei um breve estudo do uso do conceito de território na academia brasileira, visando demonstrar a evolução de sua abordagem espacial e justificando a escolha do mesmo como conceito chave desta pesquisa. Posteriormente, abordarei a questão da territorialidade, variação do conceito de território relacionado com a capacidade de territorialização de indivíduos, grupos, corporações, etc.

Em seguida farei uma breve análise das condições gerais do campo brasileiro, de condições específicas do campo sumidourense, ribeiro-pretano e cubano, visando gerar um mínimo de informações que balizem discussões futuras sobre o tema territorialidades dos trabalhadores rurais. Neste momento, é preciso ressaltar que o presente trabalho ainda encontra-se em fase embrionária, fato que limita conclusões mais profundas. Outro aspecto relevante que deve ser destacado é a abrangência da escolha de um país inteiro como recorte. Como os conhecimentos sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais cubanos ainda não foram aprofundados, não pude selecionar uma área com características específicas para estabelecer um recorte espacial mais viável. Por este motivo, as considerações sobre o país abrangerão aspectos mais amplos que nas áreas destacadas no Brasil, similar ao item que trata do campo brasileiro como um todo.

Por fim, estabelecerei relações e diferenças entre as três áreas trabalhadas e avaliarei, mesmo que de forma ainda superficial, as condições de territorialização/territorialidade dos trabalhadores rurais inseridos em cada uma delas. Desta maneira, analisar as diferentes capacidades de territorialidade exigirá o início de discussões sobre uma metodologia capaz de avaliar o nível de territorialidade dos trabalhadores do campo. Embora não tenha pretensão de criá-la neste trabalho, pretendo iniciar discussões sobre o tema.

## 2- DISCUSSÃO CONCEITUAL.

Inicialmente faz-se necessário apresentar uma discussão teórica sobre os conceitos mais importantes a serem trabalhados e sua posterior utilização na agricultura. Desta forma, o primeiro e mais importante deles é o conceito de território. Neste início de trabalho discorreremos sobre este conceito, fundamental para a Geografia, mas que teve dias de glória (intenso uso) e momentos bastante expressivos de esquecimento ou até mesmo de negação teórica.

Isto posto, necessário frisar que durante a evolução do pensamento geográfico, a abordagem sobre o conceito de território sofreu intensa variação. “*Na Geografia, mais precisamente na Geografia Política, o conceito de território foi apropriado no final do século XIX, sendo quase sinônimo de solo*” (SILVA, 2002, p.17), seguindo as ideias de Friedrich Ratzel. Desta maneira:

o significado de território para Ratzel tinha uma forte carga geopolítica e ideológica, influenciando decisivamente a atuação do Estado alemão durante a Segunda Guerra. Consumada a derrota na Segunda Guerra, assistimos à decadência do poderio estatal alemão e do conceito de território, freqüentemente, vinculado ao Estado. Desta forma, o conceito foi rapidamente abandonado, a tradição territorial foi substituída pela tradição regional da escola possibilista francesa, representada principalmente por Paul Vidal de La Blache, cuja corrente de pensamento, durante o período anterior à guerra, concorria com a visão determinista alemã. (CÔRTEZ, 2008, p. 92)

O período posterior à Segunda Guerra Mundial foi marcado pelo declínio do uso do conceito de território na Geografia “*seja devido aos excessos feitos em seu nome pelas políticas expansionistas alemãs, seja pela emergência da corrente geográfica conhecida como Teorético-Quantitativa que, despolitizando a Geografia, deixou de considerá-lo um conceito-chave*” (SILVA, 2002, p.18).

O conceito de território voltou a apresentar destaque nas discussões acadêmicas apenas a partir da década de 1970, com o avanço da chamada Geografia Crítica e “*no Brasil o conceito é retomado a partir do início da década de 1980. Contudo esta retomada não ocorre por acaso, é vinculada ao desgaste da noção de região*” (BLUME, 2004, p.48). O ressurgimento do conceito de território como conceito-chave da Geografia veio acompanhado por um intenso processo de reestruturação dos seus preceitos básicos, passando a não ser mais visto exclusivamente, nem tampouco predominantemente, como vinculado à noção de Estado-Nação.

Na atualidade, o território é trabalhado como elemento multiescalar e multidimensional, sendo construído e desconstruído em escalas temporais bastante variáveis. Assim,

territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (...) à internacional (...); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 1995, p. 81)

Estamos diante de um conceito muito mais amplo e rico na sua análise que o tradicional território como sinônimo de Estado-Nação. Contudo (Ocorre que) , o remodelado e atualizado conceito não abandona as relações de poder como parte integrante de sua constituição. Podemos considerar que o poder está “*presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem*” (RAFFESTIN, 1993, p.52).

Seguindo por este raciocínio o território não se caracteriza por um espaço harmonioso e preconcebido por linha estáveis: é mutável, sujeito a conflitos e temporalidades. Ademais, ele pode ser controlado por um grupo durante o dia e por outro a noite, gerando múltiplas territorialidades, já que

o território funda-se em relações e conflitos, contradições e é substantivado, simultaneamente, pela unidade. Há, ao mesmo tempo, em sua composição,

diversidade e unidade, heterogeneidade e homogeneidade, desigualdades e diferenças; tempos, temporalidades (ritmos) e territorialidades (SAQUET, 2007, p. 162).

Esta compreensão de poder multidimensional e multiescalar será decisiva para determinar uma visão do conceito de território aplicado a nossa análise: à medida que compreende que existem relações de poder desiguais, despertando transformação e resistência. Desta maneira, a própria resistência dos “mais fracos” pode ser vista como elemento transformador do espaço e configurador de novos territórios e territorialidades. Esta noção é importante para este trabalho, pois, diversas formas de resistência aos poderes multiescalares e multidimensionais que atingem o pequeno produtor familiar podem ser identificadas. É a partir desta idéia que o significado do termo territorialização, ou territorializar-se assume importância. É preciso entender o que é e o que garante a territorialidade.

territorializar-se, desta forma, significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo “poder” sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo. O que seria fundamental “controlar” em termos espaciais para construir nossos territórios no mundo contemporâneo? Além de sua enorme variação histórica, precisamos considerar sua variação geográfica: obviamente territorializar-se para um grupo indígena da Amazônia não é o mesmo que territorializar-se para os grandes executivos de uma empresa transnacional. Cada um desdobra relações com ou por meio do espaço de formas as mais diversas. Para uns, o território é construído muito mais no sentido de uma área-abrigo e fonte de recursos, a nível predominantemente local; para outros, ele interessa enquanto articulador de conexões ou redes de caráter global. (HAESBAERT, 2004, p.97).

Neste contexto, devemos abordar outro conceito fundamental para este trabalho, nos cabendo refletir como é a territorialização dos agricultores familiares e que métodos podemos utilizar para identificar as múltiplas territorialidades existentes no campo. Conforme trabalhado pelo autor acima citado, cada grupo social em diferentes realidades nos espaços terrestres apresenta formas díspares de territorialização e de garantia de sua sobrevivência. Desta maneira,

a territorialidade, ou seja, a capacidade de garantir ou expandir os territórios, sem necessariamente estar vinculada à posse ou à dominação de áreas. (...) A capacidade de territorialização pode variar de acordo com o grupo envolvido, ou mesmo na escala individual. Até a forma como esta territorialização se implementa depende do nível de inserção dos grupos ou do indivíduo num contexto informacional (CÔRTEZ, 2008, P. 97).

A informação, cada vez mais importante nos dias de hoje, também terá papel fundamental na territorialização, até mesmo na configuração de territórios em áreas rurais. Não é difícil concluir que a dificuldade de acesso à informação e o baixo nível de instrução funcionam como entraves para o processo de territorialização: pelo menos de maneira mais efetiva e segura.

Desta forma, é possível concluir que o conceito de território, que apresentava a escala nacional de análise como principal ou praticamente única forma de construir as relações territoriais com o espaço, diminuiu sua importância e não mais corresponde à principal escala na qual as abordagens territoriais são desenvolvidas,

na atual abordagem o conceito tem significado mais amplo, que valoriza os elementos socioambientais e a cultura que estão presentes na espacialidade das relações. Referente ao sentimento de pertencimento, pelo viés da identidade, o território é um espaço de dominação, um campo de forças que se estabelece nas relações sociais (LUTHER, 2005, p.24).

Atualmente aspectos culturais, hábitos alimentares, sentimento de pertencimento, relações de amizade e parentesco, ou seja, elementos do cotidiano, compõem a construção do conceito de território, que passa a ter uma abordagem multiescalar e multidimensional.

Podemos citar como exemplo os pequenos produtores familiares que dependem em maior ou menor grau de multinacionais fornecedoras de insumos, bem de órgãos governamentais, bancos, compradores, entre outros elementos, com atuação que podem variar de alguns quilômetros ou até mesmo interligar áreas separadas por continentes. Outro exemplo é o poder que uma agroindústria pode ter de subjugar o pequeno agricultor de acordo com sua atuação multiescalar e multidimensional, obrigando-o a produzir de acordo com seus interesses produtivos.

Isto significa que as pressões sofridas pelos agricultores em seu local de trabalho e espaço de vivência possuem várias origens, intensidades e atuações espaciais. Contudo, as possibilidades de resistência costumam ocorrer apenas na escala local. Como veremos, esta é uma medição desigual de forças que subjuga, restringe e por vezes elimina o estilo de vida até então desenvolvido. Não acreditamos numa desterritorialização, pois o indivíduo terá que se reterritorializar, de acordo com HAESBAERT (2004) imediatamente de alguma forma. Todavia, podemos considerar ser esta uma territorialidade ou territorialização precária por uma série de fatores que tentaremos expor adiante.

### 3- O CAMPO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS GERAIS.

O Brasil é um país de diferentes realidades no que toca ao espaço rural pois cada área do campo brasileiro apresenta condições específicas, dificultando a criação de um padrão. Há áreas extremamente modernas, outras arcaicas; podem ser formadas por pequenas propriedades ou altamente concentradas. Ocorre que as desigualdades sociais brasileiras igualmente se refletem no campo: fato que gera abismos entre produtores de diferentes áreas do país. Neste ponto é preciso destacar alguns elementos muito importantes para entendermos as dinâmicas do campo brasileiro: distribuição fundiária, modernização, políticas públicas voltadas para o campo, movimentos sociais e agricultura familiar.

Em relação à distribuição fundiária, o Brasil possui uma enorme concentração, refletindo as características da sociedade brasileira como um todo. Neste sentido, é comum as terras agricultáveis serem subutilizadas e servirem como elemento de especulação e reprodução de capital sem necessariamente produzir o que poderiam. De forma geral as áreas mais produtivas são as pequenas e médias propriedades com acesso a modernização, enquanto nas enormes fazendas concentra-se produção de gado bovino.

A modernização do campo brasileiro não atinge os produtores de maneira razoavelmente igualitária. Entretanto, é possível encontrar no país pequenas, médias e grandes propriedades altamente mecanizadas, com destaque para as médias e grandes.

No que diz respeito às políticas públicas, no decorrer de sua história, o Estado brasileiro apoiou as classes mais abastadas do campo nacional. Mesmo com a mudança de paradigma de desenvolvimento ocorrida por volta da década de 1930, visando maior desenvolvimento industrial no país, o campo continuou sendo importante e as grandes propriedades e fazendeiros foram alvos da maior parte das políticas públicas agrárias.

A atuação governamental, com farta liberação de verba para financiamento não apenas da produção, como da modernização da agricultura, teve seu início na década de 1960, com a criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural). No entanto as pequenas propriedades e a agricultura familiar, de maneira geral, não foram atendidas por esse processo seletivo voltado para a formação de complexos agroindustriais no Brasil. Neste sentido,

nas décadas de 60 e 70, a agricultura brasileira sofreu diversas transformações com direcionamento concentrado para alguns grupos de produtores. As concessões de crédito privilegiaram as transações de maior volume e de menor custo administrativo. Essas e outras situações contribuíram ainda mais para as distorções regionais, ampliando as diferenças na distribuição de renda entre as regiões e os próprios agricultores (Banco do Brasil, 2004, p. 26).

Podemos considerar que o sistema de oferta de crédito público, seletivo e excludente, privilegiava a grande propriedade em detrimento do pequeno produtor. Esta atuação governamental, como destaca acima o próprio pelo Banco do Brasil (2004) implicou conseqüências importantes para o campo brasileiro, levando a um aumento das desigualdades.

Desta forma, podemos afirmar que a atuação estatal de apoio ao setor agropecuário durante as décadas de 1960, 1970 e parte da década de 1980 se baseou na liberação de farto crédito direcionado principalmente para os grandes proprietários de terra, fato que viabilizou a implantação dos CAIs (Complexos Agroindustriais).

De acordo com uma (MÜLLER, 1989, p.31), CAI é uma:

“unidade de análise na qual as atividades (agricultura, pecuária, reflorestamento) se vinculam com as atividades industriais de uma dupla maneira: com a de máquinas e insumos para a agricultura e com as de beneficiamento e processamento; com o comércio atacadista e varejista internos; e com o comércio externo, tanto de produtos agrários quanto agroindustriais, e da indústria para a agricultura.”(MÜLLER, 1989, p. 31)

Portanto, as políticas públicas garantiram a manutenção e ampliação das desigualdades do campo brasileiro através do sistema de financiamento. Entretanto,

com a redução do volume de recursos disponível para o financiamento, decorrente da forma como estava organizado o sistema de captação, o Estado reduziu também o espaço e a abrangência de suas políticas. Nesta fase, aqueles setores que haviam se estruturado e que lograram estabelecer fontes exclusivas de captação e gestão das políticas conseguiram se consolidar. O período pode ser ilustrado pelo crescimento e integração entre os diferentes elos dos Complexos Agroindustriais. A esse período que vai do final dos anos 70 a meados dos anos 80 denominamos de auto-regulação (BELIK e PAULINO, 2001, p. 98).

Assim, os complexos agroindustriais que conseguiram se estabelecer, favorecidos pela extensa oferta de créditos até o final da década de 1970, formaram um forte e integrado setor com capacidade de auto-regulação, ou seja, grande poder de manutenção das características de concentração de recursos através de novos instrumentos, como o auto-financiamento, por exemplo. Porém, como os autores destacam, esta fórmula não pode ser mantida pelo governo indefinidamente, principalmente por falta de recursos financeiros para este fim. Tendo isto em vista, as políticas públicas, desde o final da década de 1980 e início da década de 1990, passaram a atuar no sentido de garantir condições mínimas para manutenção dos trabalhadores rurais na terra e melhoria de suas capacidades produtivas, com foco na agricultura familiar.

Objetivando definir o grupo de trabalhadores que comporiam a agricultura familiar foi levado em conta critérios de inserção de muitos grupos nesta categoria, como forma de ampliar a abrangência das políticas públicas, pois,

visando aumentar a abrangência dos atendidos por estas políticas, diversos trabalhadores não considerados como agricultores familiares foram inseridos como tais. O incremento da noção de agricultura familiar foi importante, pois garantiu acesso às políticas públicas a um maior número de famílias e contribuiu para a formação de uma categoria homogênea em termos de reivindicação, mas heterogênea no conteúdo, porém, eficaz para agregar maior poder às lutas pelos interesses dos trabalhadores rurais. (CÔRTEZ, 2008, P. 140)

Desta forma, principalmente a partir da década de 1990, a agricultura familiar passou a constar como principal foco das políticas públicas agrárias, principalmente baseadas em liberação de crédito para o campo brasileiro. Assim,

(...) a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(PRONAF), em 1996. Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. A partir do surgimento do PRONAF, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste, passou a reforçar a defesa de propostas que vislumbram o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas (juros menores, apoio institucional, etc.) (SCHNEIDER, 2006, p. 31).

O PRONAF veio suprir uma demanda de crédito praticamente negada pelas políticas públicas desenvolvidas até então no Brasil, à medida que o pequeno produtor disputava os mesmos créditos, de maneira desigual, com os grandes conglomerados capitalistas agrários que se formaram.

Apesar de a agricultura familiar ser o principal foco das políticas públicas do país não houve uma mudança significativa no padrão de distribuição de terras, praticamente não alterando a estrutura fundiária nacional, à medida que o governo organizou um programa de reforma agrária bem inferior ao necessário. Mesmo com o intenso processo de modernização do campo verificado principalmente nas décadas de 1960 e 1970, gerando expressivos ganhos em produtividade, “*não houve política efetiva que buscasse a alteração do padrão concentrado de distribuição de terras existentes no Brasil*”. (CÔRTEZ, 2008, P. 53)

Contudo, é inegável que houve, nas últimas duas décadas, uma preponderância da agricultura familiar como um dos alvos principais das políticas públicas para o campo brasileiro, aumentando as linhas de financiamento para compra de equipamentos, sementes, expansão de construções etc.

Mesmo com este avanço, que pode ser considerado significativo, outras pautas antigas como a melhora da infraestrutura de assentamentos, investimentos em mobilidade deixaram a desejar e colocaram os movimentos sociais em posição difícil, pois se vêem estagnados em relação a suas reivindicações, mas se agarram a avanços que ocorreram no governo atual, ou seja, na nossa visão há uma desmobilização mobilizada na luta social do campo brasileiro. Os movimentos se mantêm, mas sua atuação é restrita devido ao suposto apoio do governo federal que recebem.

Desta forma, a agricultura familiar, mesmo alvo da principal política pública para o campo desenvolvida pelo governo, ainda se encontra a grande distância de possuir condições mínimas de desenvolvimento, modernização e expansão de suas atividades. Isso significa que possuem sérias dificuldades para garantir sua efetiva territorialização, ou seja, a insegurança intrínseca a uma atividade que depende em maior ou menor grau de aspectos naturais não é acompanhada de políticas efetivas de incentivo, apoio e seguridade para o produtor. Tal situação o coloca na iminência de perder terras, possibilidade de ter prejuízo, ou ainda abandonar a atividade.

#### 4- O CAMPO SUMIDOURENSE.

Sumidouro se localiza na região serrana do estado do Rio de Janeiro. Sua produção se baseia em hortifrutigranjeiros, possuindo mão de obra basicamente familiar e voltada para o abastecimento da região metropolitana. A produção tem como destino o consumidor final, sem passar por qualquer tipo de beneficiamento. Apesar de não estar subordinado a uma agroindústria, o produtor fica exposto às leis de mercado e muitas vezes é subordinado a redes atacadistas. Além disso, como o produto a ser vendido é altamente perecível, sem o beneficiamento, não há margem de negociação dos preços, pois a produção precisa ser escoada no momento em que chega o período da colheita.

Como beneficiar a produção sem subjugar o produtor à agroindústria? Uma alternativa interessante, possível apenas em conjunto, seria a agregação de valor à produção. É evidente que existem várias maneiras de agregar valor a um produto agrícola. A produção de bens orgânicos é uma delas, mas esta produção esbarra na falta de instrução dos produtores e na falta de apoio dos

órgãos públicos. Outra solução seria a industrialização de parte da produção, mas esta esbarra na falta de organização dos próprios trabalhadores, já que o nível de cooperativismo observado no município é muito reduzido. Desta maneira, concordamos com Maluf (2001) quando este aponta que

no que se refere à agricultura familiar, a adoção de instrumentos diferenciados de apoio, principalmente em termos de crédito, garantia de preços e estímulo ao associativismo, deveria articular-se a formas de ampliar o valor agregado e apropriado por esses produtores, como por exemplo através da constituição de agroindústrias regionais de pequeno e médio portes sob controle desses mesmos agricultores. A postura correta de orientar os grandes e médios agricultores a ampliarem o aporte de recursos próprios e obterem crédito às taxas de mercado, deveria permitir priorizar a destinação dos poucos recursos públicos em condições favorecidas aos pequenos agricultores e à produção de alimentos (MALUF, 2001, p. 163).

Além do problema da falta de cooperativismo, o relevo acidentado, a predominância de pequenas e médias propriedades e a falta de recursos são algumas justificativas para a modernização incompleta apresentada na área. Como modernização incompleta, entendemos que há uso de tecnologias como máquinas, fertilizantes e veneno, contudo, ela não engloba todo o processo produtivo, ou seja, há uso de tratores de arado, irrigação, defensivos e fertilizantes químicos, todavia, muitas etapas do processo produtivo são realizadas pela força de trabalho, como o plantio, a pulverização do veneno e a colheita. Em trabalho anterior, comprovamos que:

A utilização incompleta ocorre devido a aspectos que vão da grande inclinação do solo e do tipo de produção (olerícolas e folhagens), que dificultam a colheita mecânica, até o uso de técnicas ultrapassadas como a queimada e a falta de recursos para implantar melhorias nas condições de trabalho. Com isso, o pacote tecnológico não pode ser utilizado na sua plenitude, por falta de recursos ou pelas próprias condições naturais e produtivas. (CÔRTEZ, 2008, p. 83)

Estas características qualificam o campo sumidourense como uma área onde a atividade agrária requer grande esforço físico e de modo geral possui pouco retorno financeiro. Além disso, há insegurança sobre a possibilidade de manutenção da atividade, pois, o produtor rural trabalha sem a certeza de que seu labor será minimamente compensado financeiramente, já que depende da variação dos preços que flutuam pelas leis do mercado: se consegue empréstimo, a terra de onde tenta tirar seu sustento é dada como garantia do pagamento; e há possibilidade de o trabalho não render produção alguma devido a intempéries naturais.

Isso significa que a insegurança faz parte do cotidiano deste produtor, comprometendo sua capacidade de subsistência e territorialização. Se levarmos em consideração que grande parte dos trabalhadores não são donos das terras onde realizam suas atividades, desenvolvendo um extensa gama de relações de trabalho, capitalistas e não capitalistas, a análise da capacidade de territorialização destes produtores é ainda mais complexa.

## 5- O CAMPO DE RIBEIRÃO PRETO.

O município de Ribeirão Preto sobressai na produção agrícola no estado de São Paulo, que tem a maior produção do país, tanto em termos agrícolas como em termos industriais. Apesar de as atividades agrárias não serem as mais importantes no município é inegável que geram divisas relevantes e movimentam extensa cadeia ligada direta ou indiretamente a esta produção.

Como já vimos, a modernização do campo brasileiro teve seu início a partir da década de 1960, tendo em Ribeirão Preto um destaque nacional. Para possuir tamanho nível de modernização e produtividade, FREITAS (2008, p. 43) destacou os principais fatores que contribuíram para este avanço.

Os fatores que contribuíram, de maneira decisiva, para o processo de modernização agrícola na região de Ribeirão Preto foram: os legados da fase

área do café; a implementação de políticas públicas visando à modernização da agricultura brasileira em 1960; a criação do Programa Nacional do Alcool – PROÁLCOOL – em meados da década de 1970; e a acelerada urbanização. (FREITAS, 2008, p. 43)

Antes da modernização, o município era mais um onde a economia era dependente da produção cafeeira. Todavia, depois da crise de 1929, quando muitos produtores de café se viram arruinados, a conjunção de fatores destacada acima contribuiu para o surgimento, fortalecimento e desenvolvimento de CAIs no município, ampliando os níveis de modernização do campo e, graças ao grande dinamismo das atividades agrícolas, sendo importante para a chegada de melhorias. Assim,

com a expansão das infraestruturas (rede de transportes, silos, dentre outras), associada à implantação do modo de produção capitalista no campo, os produtores da região especializaram-se somente em algumas culturas comerciais como a cana-de-açúcar e a laranja, expandindo as áreas destinadas a essas culturas, enquanto que as áreas destinadas ao cultivo de produtos voltados para o mercado interno (o arroz, o feijão, o milho e a mandioca) foram diminuindo progressivamente. (FREITAS, 2008, p. 51)

A rápida expansão do capitalismo pelo campo vai privilegiar o cultivo de produtos com maior valor de mercado em detrimento de cultivos que abastecem a cesta básica, aumentando o valor médio da mesma. Outro problema causado pela expansão do capitalismo e do meio técnico-científico-informacional pelo campo na região foi a intensificação do fenômeno do êxodo rural junto com a expansão dos CAIs, contribuindo para alterações importantes no padrão fundiário. Desta forma,

somadas às mudanças nas relações de trabalho e nas formas de produção, inclui-se a crescente concentração de terra, principalmente pelos capitalistas do setor sucro-alcooleiro. O fenômeno da concentração da terra intensificou o êxodo de milhares de camponeses para as cidades. Além disso, muitos desses camponeses tornaram-se trabalhadores assalariados do campo, isto é, bóias-frias. Assim, os processos de expulsão e de expropriação foram fenômenos imprescindíveis para que se ampliasse a concentração da terra (FREITAS, 2008, p. 53).

Ocorre que cada cadeia produtiva apresenta suas necessidades específicas e nem todos os CAIs formaram bóias-frias, adotando outras estratégias. Desta forma, diferente do setor sucro-alcooleiro, que ainda mantém bóias-frias para determinadas áreas, onde as máquinas ainda não são capazes de desempenhar a colheita, “partes significativas das principais agroindústrias citrícolas dependem quase exclusivamente da compra da matéria-prima de produtores autônomos, pequenos e médios citricultores na sua maioria” (ELIAS, 1996, p. 97).

Em Ribeirão Preto, podemos considerar que os trabalhadores estão territorializados com segurança na terra? O caso do bóia-fria se configura em uma territorialidade temporária, ou sazonal, já que só é contratado no período da colheita, diferente do pequeno produtor citrícola que é dono da terra, mas não possui controle sobre o que produz.

Desta forma, será que os CAIs não apresentam condições de territorialização bem superiores a dos trabalhadores dos dois casos? Basta que o setor sucro-alcooleiro invista numa máquina mais sofisticada para o bóia-fria perder sua precária ocupação, assim como a empresa processadora de laranja desista de comprar a colheita e tanto um, quanto o outro, terá que buscar territorialidades alternativas.

Conclui-se que mesmo que o trabalhador seja um assalariado com registro formal, o fim da relação de trabalho compromete a sua territorialização, já que não é dono da terra. Desta forma, ainda que possuindo maior uso de tecnologia, maior produtividade, dotando o trabalhador de maior segurança devido a previsibilidade dos ganhos (salário), a capacidade de territorialização do trabalhador nestas condições é bastante contestável, tendo como segurança na manutenção do emprego apenas as relações trabalhistas.



Apesar dos distintos casos: o bóia-fria, com condições precárias de trabalho, e o pequeno produtor, subordinado ao CAI, em alguns casos, o meio rural de Ribeirão Preto não se parece tão distante das condições encontradas em Sumidouro, pois

O espaço agrário de região de Ribeirão Preto foi atingido de modo desigual pela difusão das inovações técnicas, dando origem a uma coexistência de relações de trabalho capitalistas, ou seja, aquelas que são caracterizadas pelo assalariamento da mão-de-obra, e não-capitalista de produção, como é o caso dos pequenos camponeses posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários que empregam formas de produção mais simples (FREITAS, 2008, p. 53).

Assim, mesmo numa área com predominância de relações capitalistas no campo, há a presença de relações chamadas não capitalistas, com trabalhadores atuando em condições precárias ou sendo subjugados pelas forças do capital.

De maneira geral, o campo de Ribeirão Preto apresenta-se produtivo, moderno e capitalizado. Contudo devemos ressaltar que enfrenta problemas como êxodo rural, relacionado com a intensa modernização do espaço agrário, e modernização desigual, já que os benefícios dos avanços técnicos não atingem a totalidade dos produtores.

## 6- O CAMPO CUBANO.

Para traçar um perfil da agropecuária cubana e seus protagonistas não podemos negligenciar a importância da Revolução Cubana. A Revolução socialista vivida pela ilha a partir de 1959 teve, entre uma série de outras, uma medida que interferiu drasticamente no campo cubano: uma ampla política de reforma agrária, gerando democratização do acesso a terra.

Esta reforma agrária alterou profundamente as relações de propriedade sobre a terra, pois em virtude dela foram eliminados os grandes latifúndios agrícolas e os resquícios do regime semifeudal que eram os principais obstáculos à expansão econômica do país e a causa fundamental da deformação estrutural de sua economia. (ROJAS, RAVENET e HERNANDEZ, 1986, p. 30)

A reforma agrária cubana teve dois marcos principais, duas leis que regulamentavam a posse da terra, a primeira lei de reforma agrária expropriou toda a propriedade de terra superior ao equivalente a 400 hectares; entregou a terra sem qualquer compensação aos colonos que nela trabalhavam até o equivalente a 26,8 hectares, os trabalhadores que tivessem interesse em área maior e até o equivalente a 67 hectares teriam que pagar por elas; as propriedades entre 67 e 400 hectares foram conservadas; e foi criado o Instituto Nacional para a Reforma Agrária (INRA). (Adaptado de ROJAS, RAVENET e HERNANDEZ, 1986)

Visando corrigir algumas distorções ainda permitidas na primeira lei de reforma agrária, foi elaborada a segunda lei que limitou todas as terras em até 67 hectares. “Com esta medida 70% de todas as terras férteis do país passou às mãos do Estado cubano. Promulgada na etapa socialista da Revolução, seria a medida que, com a eliminação da burguesia rural como classe, poria fim à exploração no campo cubano” (ROJAS, RAVENET e HERNANDEZ, 1986, p. 32). Desta forma, podemos considerar que

Se a primeira lei de reforma agrária significou mudanças substanciais na posse da terra, e conseqüentemente, a entrega da terra ao camponês que a trabalhava, a liquidação do latifúndio e de todo o sistema que este nocivo fenômeno encerra, isto é, se a primeira reforma agrária significou o primeiro mecanismo essencial para romper o círculo vicioso do subdesenvolvimento, a segunda lei de reforma agrária não fez senão aprofundar e consolidar o processo de socialização da produção agrícola e as mudanças econômicas e sociais que a primeira lei havia iniciado, dando lugar com isso, à supressão das bases da desigualdade e da injustiça social no campo. (ROJAS, RAVENET e HERNANDEZ, 1986, p. 32)

Contudo, ao contrário do verificado no Brasil, o governo cubano não limitou sua política de reforma agrária a mera distribuição de terras, considerando a necessidade de dotar as áreas de infraestrutura, modernizar a produção e aumentar a produtividade.

O governo ainda considerou a pequena produção como um obstáculo ao desenvolvimento do campo, incentivando a concentração territorial. Esta concentração territorial seria a construção de comunidades urbanas dentro do rural que concentrariam infra-estrutura, investimentos públicos e os produtores rurais, como forma de eliminar a dispersão característica da produção e das moradias rurais até então.

O que significa que a progressiva dissolução da pequena economia mercantil não se dá em Cuba pela via de sua simples extinção, mas por um processo dirigido de integração a formas superiores de produção e organização social no qual a decorrência inegável é a participação consciente e voluntária do próprio campesinato (ROJAS, RAVENET e HERNANDEZ, 1986, p. 36).

Além da estratégia de concentração territorial, o governo passou a incentivar maciçamente a formação de cooperativas de trabalhadores como estratégia primordial para garantir acesso a novas tecnologias, produção em larga escala e implantação de uma visão socialista no campo, onde

as CPAs (Cooperativas de produção agropecuária) constituem, por seu democrático regulamento e forma de funcionamento, empresas coletivas camponesas, onde a produção, a produtividade, os rendimentos agrícolas, a tecnificação e o bem-estar comum e social são seus objetivos principais (ROJAS, RAVENET e HERNANDEZ, 1986, p. 36).

Desta maneira, podemos constatar que a Revolução cubana transformou o meio rural do país, democratizando o acesso a terra, modernizando a produção, aumentando a produtividade e proporcionando condições mais dignas de vida aos camponeses, entre outros fatores.

## 7-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme pudemos perceber, as diferenças entre as áreas rurais dos três recortes espaciais escolhidos são muito grandes. Enquanto Sumidouro se caracteriza pela pequena produção familiar voltada para o abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro, utilizando uma modernização incompleta; Ribeirão Preto se caracteriza por propriedades altamente capitalizadas, com tamanhos superiores em área, com produção voltada para abastecer agroindústrias que movimentam imensas cadeias produtivas dentro e fora do estado de São Paulo. Já o campo cubano passou por um processo de reforma agrária liderado pelo governo e alicerça sua produção em cooperativas fortes e investimentos em aumento da produtividade via tecnologia.

Baseando-nos nestas características, é bastante óbvio que as condições de vida das pessoas que lidam com a terra nestas três áreas seja bastante diferente, assim como a capacidade de territorialização destes trabalhadores. Entretanto, medir o “nível” de territorialidade destes trabalhadores se configura missão bastante complexa, pois, tratam de realidades distintas ao extremo.

Concluimos que os trabalhadores cubanos, por terem a posse da terra, atuarem em cooperativas, terem apoio do governo que reconhece a atividade agropecuária como estratégica para a manutenção da Revolução Socialista, entre outros aspectos, possuem capacidade de territorialização mais completa, à medida que as cooperativas garantem recreação, atividades culturais e infra-estrutura, por exemplo. Estas condições revelam maior segurança na lida campesina, mitigando alguns dos riscos presentes nas outras áreas, principalmente se ligarmos estes riscos a corporações econômicas que não objetivam atingir o bem estar destes trabalhadores como fim produtivo.

Já o município de Sumidouro apresenta condições bastante diferentes, apesar de algumas semelhanças poderem ser comprovadas também. Lá, os trabalhadores desempenham suas funções profissionais nas mais variadas condições, inclusive utilizando artifícios que no Brasil convencionou-se denominar não capitalistas, mas que em Cuba são chamadas de semifeudais.

Entretanto, o tamanho médio das propriedades é semelhante ao cubano. Talvez, a principal diferença entre estas duas realidades seja a ínfima atuação das cooperativas: grande causa para tornar o trabalhador sumidourense com uma capacidade de territorialização inferior ao cubano.

Por fim, em Ribeirão Preto observamos realidades distintas no próprio município (não estou afirmando de maneira nenhuma que há ausência de desigualdades internas nas outras duas áreas), principalmente se analisarmos a questão da posse da terra. Se o trabalhador que é subjugado à produção do CAI citrícola não apresenta níveis de territorialização dos mais confortáveis, menos ainda o tem o bóia-fria que corta cana-de-açúcar no período da colheita, prestando serviço ao setor sucroalcooleiro sazonalmente. Contudo, há o meio termo. O trabalhador que se especializou e opera máquinas nas grandes propriedades, numa atividade formal, não pode ser considerado com risco de desterritorialização tão alto assim. Entretanto, a sua segurança depende da proteção das leis trabalhistas.

É importante ressaltar que a busca pelos avanços em tecnologia e a conseqüente melhora na produtividade podem ser consideradas como características comuns entre o campo cubano e de Ribeirão Preto. Todavia, enquanto o campo cubano apresenta a inclusão dos trabalhadores neste contexto, o campo paulista apresenta a desigualdade no acesso e benefício trazido pela a tecnologia como marca.

Objetivando estabelecer um quadro comparativo entre os três recortes espaciais, esse estudo propõe que seja levada em consideração também o elemento “segurança na realização das atividades dos trabalhadores rurais” como um importante aspecto na avaliação da capacidade de territorialização de um indivíduo ou grupo no espaço agrário.

Todavia, esta metodologia deve ser associada a elementos como retorno financeiro da atividade e acesso a maquinários ou insumos em geral que facilitem o trabalho e não provoquem problemas de saúde ao trabalhador, entre outros aspectos.

Por fim, consideramos que a posse da terra é um fator inerente à “segurança na realização das atividades dos trabalhadores rurais” posto que exerce papel importante na manutenção das atividades agrárias permitindo acesso a políticas públicas, impedindo a exploração dos trabalhadores, garantindo até certo ponto autonomia produtiva.

Todavia, mesmo sendo um importante elemento a ser considerado num processo de territorialização, a posse da terra não pode ser o único critério para definir se um trabalhador é ou não territorializado no espaço, pois esta condição é muito mais ampla e se relaciona com aspectos ligados a identidade. Um produtor não necessita ser dono de terra para se sentir inserido num grupo ou espaço, entretanto, ter a posse da terra facilita que mantenha este vínculo de maneira mais intensa.

Assim, esse trabalho propõe uma análise comparativa do grau de territorialização dos trabalhadores rurais desses três recortes espaciais, objetivando desenvolver uma metodologia que possibilite a avaliação, considerando que a posse da terra não deve ser o único critério trabalhado, pois se fizéssemos apenas esta relação estaríamos restringindo a abrangência do conceito de território. Para avaliar a capacidade de territorialização dos produtores rurais, o sentimento de pertencimento a comunidade em que se inserem, a identificação com a atividade, as relações de poder que atuam sobre os produtores, entre outros fatores como parentesco e relações de amizade devem ser considerados. Desta forma, a identidade aliada a possibilidade de manter seu estilo de vida sem riscos extremos de perda dos meios de produção devem compor a avaliação da territorialização destes trabalhadores.

## 8 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BANCO DO BRASIL (Diretoria de Agronegócios). O atendimento à agricultura familiar. Revista da política agrícola. nº 4, p. 26-35. Out./Nov./Dez. 2004.

BELIK, Walter e PAULINO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: Ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira. Políticas Públicas e agricultura no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001. p. 95 – 120.

- BLUME, Roni. Território e ruralidade: A desmitificação do fim do rural . Porto Alegre – RS (UFRGS). 2004. Dissertação de mestrado .
- CÔRTEZ, Cesar Pessôa. Análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ. Rio de Janeiro – RJ (UERJ). 2008. Dissertação de mestrado.
- ELIAS, D. Meio técnico-científico-informacional e a urbanização na região de Ribeirão Preto (SP). São Paulo: FFLCH-USP, 1996. 274p. (Tese de doutorado em Geografia –FFLCH-USP).
- FREITAS, Elisa Pinheiro de. Agricultura camponesa no território do agronegócio: um estudo sobre os sem terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP). São Paulo – SP (USP). 2008. Dissertação de mestrado.
- HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “ fim dos territórios ” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2004.
- LUTHER, Alessandra. Reconfiguração do território : transformações sócio ambientais em Arroio Grande / Santa Maria – RS. 2005. Dissertação de mestrado . 93 f .
- MALUF, Renato S. Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar . In: LEITE , Sérgio Pereira . Políticas Públicas e agricultura no Brasil. 1ª ed. Porto Alegre : Editora da Universidade /UFRGS, 2001. p. 145- 168.
- MÜLLER, G.; MAGALHÃES, L.C. & VIAL, S.A.H. As relações micromacro e a noção de complexo agroindustrial. Rascunho. Araraquara, n. 1, p. 1-53, jun. 1989
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder . São Paulo. Ática. 1993.
- ROJAS, Iliana, RAVENET, Mariana e HERNÁNDEZ, Jorge. A Reforma Agrária e o Desenvolvimento Rural em Cuba. In:Economia y desarrollo, Havana, 83:135-149, nov/dec. 1984.
- SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território . São Paulo: Editora Expressão Popular , 1ª ed. 2007.
- SCHNEIDER, Sergio. A Pluriatividade na Agricultura Familiar. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2006.
- SILVA, Jan Carlos da. O conceito de território na Geografia e a territorialidade da prostituição. In: ANGELO, Miguel. Território e prostituição na metrópole carioca. São João de Meriti, Rio de Janeiro: Editora Ecomuseu Fluminense, 1ª ed., 2002.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de., COSTA, Paulo César da e CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.